

Workshop A

Como ultrapassar as barreiras que as Pessoas em Situação de Pobreza (PeP) enfrentam no acesso aos serviços essenciais (como a energia, habitação e alimentação)?

O Princípio 20 do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS) afirma que “todas as pessoas têm direito a aceder a serviços essenciais de qualidade, designadamente água, saneamento, energia, transportes, serviços financeiros e comunicações digitais. As pessoas necessitadas devem beneficiar de apoios ao acesso a estes serviços”.

A EAPN considera como serviços essenciais os serviços de interesse geral, de natureza económica e social, essenciais à vida das pessoas e nos quais as entidades públicas devem garantir padrões adequados para todos.

Assim, os serviços essenciais abrangem um vasto leque de atividades ligadas a fornecedores privados, como os serviços de energia, telecomunicações e transportes, mas incluem também serviços vitais incorporados nos sistemas de proteção social da UE: por ex. educação, saúde, habitação e serviços sociais. O acesso a estes serviços é um direito social fundamental e a sua acessibilidade e adequação não devem estar sujeitas a condições. Devem ser um complemento de sistemas de proteção social eficazes e incluir esquemas de rendimento mínimo.

[1] Relatório de Acesso aos Serviços Essenciais - EAPN

Workshop A

Assim, a EAPN considera como principais serviços essenciais:

Água (Princípio 20 do Plano de Ação do PEDS)
Saneamento (Princípio 20 do Plano de Ação do PEDS)
Energia (Princípio 20 do Plano de Ação do PEDS)
Transporte (Princípio 20 do Plano de Ação do PEDS)
Serviços Financeiros (Princípio 20 do Plano de Ação do PEDS)
Comunicações Digitais – Literacia Digital (Princípio 20 do Plano de Ação do PEDS)
Habitação
Saúde
Educação e Formação
Serviços Sociais
Alimentação

Barreiras que as pessoas em situação de pobreza (PeP) enfrentam no acesso aos serviços essenciais:

As crescentes restrições à elegibilidade e a condicionalidade punitiva dos regimes de proteção social não garantem um acesso baseado em direitos para apoiar medidas que facilitem o acesso universal aos serviços.

Workshop A

Saúde

- Fraca ou inexistente cobertura ao nível da saúde mental e oral/odontológica;
- Falta de médicos;
- Longas listas de espera para tratamento/cirurgia/consultas;
- Encerramento de serviços em vários momentos durante a pandemia de COVID-19;
- Estigma social e tratamento desigual das pessoas que vivem em situação de pobreza;
- Diminuição do investimento público e maior dependência de seguros privados.

Energia

- Acesso inadequado à energia devido à dependência de combustíveis fósseis;
- Enorme aumento dos preços da energia;
- As pessoas que vivem em situação de pobreza são forçadas a fazer opções arriscadas para poder pagar a energia, como por exemplo não pagar a medicação ou outras despesas relacionadas com a saúde para poderem pagar as contas de energia;
- Quando as pessoas não conseguem pagar as faturas de energia, estes serviços são-lhes simplesmente cortados pelos fornecedores;
- A transição energética não tem resultado para pessoas em situação de pobreza, pois alguns dos programas de eficiência energética ou energia renovável não são acessíveis para os PeP.

Habituação

- O custo elevado das casas, que é o principal fator da falta de habitação (aumento do número de sem abrigo) e de mudança/realojamento frequentes.
- As pessoas em situação de pobreza gastam 70% do seu rendimento na habitação.
- Os depósitos para aluguer de imóveis e adiantamento de hipotecas constituem um enorme obstáculo para os PeP.
- Despejos abusivos por parte dos senhorios com o objetivo de aumentar as rendas.
- Falta de proteção do Estado em caso de despejo.
- Oferta insuficiente de habitação social e longas listas de espera para os candidatos.
- Más condições da habitação social que por vezes conduzem a problemas de saúde a longo prazo.
- Discriminação no mercado de arrendamento enfrentada por grupos vulneráveis (minorias étnicas, pais solteiros/famílias monoparentais, comunidades ciganas, migrantes, etc.).
- Habitação adequada insuficiente para pessoas com deficiência – as pessoas são muitas vezes forçadas a viver em casas que não são adequadas às suas necessidades.

Alimentação

- Aumento galopante do preço dos alimentos, o que leva a que as pessoas em situação de pobreza não consigam comprar bens alimentares básicos como o pão.
- As pessoas com deficiência ou com problemas de saúde têm de escolher entre cuidados de saúde e alimentação.
- As crianças vão à escola com fome, apesar do acesso a uma alimentação saudável ser reconhecido como um serviço essencial na Garantia Europeia para a Infância.
- Os jovens estão a consumir cada vez mais fast food porque é mais barato e porque não podem comprar alimentos saudáveis e nutritivos. Ao mesmo tempo, estão muito preocupados com o impacto a longo prazo que o consumo desse tipo de alimentos tem na sua saúde e desempenho escolar.
- Ter de depender sempre de bancos alimentares não permite que as pessoas tenham autonomia sobre a sua alimentação [1].

[1] Os bancos alimentares não podem ser uma solução a longo prazo, uma vez que não são acessíveis a todos (pessoas com deficiência ou pessoas com determinados problemas de saúde).

Workshop A

- Cobertura insuficiente de transportes públicos em áreas rurais ou pouco povoadas.
- Os serviços públicos que funcionam tradicionalmente em modo presencial, como solicitar prestações/benefícios sociais, registo para a prestação de serviços, cuidados de saúde (prescrição de medicamentos, certificados de vacina COVID-19, agendamento de consultas) e bancos (serviços online) estão cada vez mais digitalizados, excluindo pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou em situação de pobreza digital.
- Falta de acesso a água e saneamento.
- Acesso desigual, para os PeP, à educação e cuidados na primeira infância, bem como à educação/formação e aprendizagem ao longo da vida (com qualidade).

Questões para debate/discussão:

- Quais são as vantagens e desvantagens das medidas de emergência versus medidas estruturais de longo prazo? Por exemplo, recebeu subsídios/vouchers temporários de energia durante a crise energética? Qual foi o impacto?
- Como prevê que a UE e os governos nacionais possam eliminar as barreiras que enfrenta no acesso a serviços essenciais?
- Como podemos melhorar o Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no acesso aos serviços essenciais?

Workshop B

Como podemos ultrapassar os desafios que as Pessoas em Situação de Pobreza e Exclusão Social enfrentam no acesso a regimes de proteção social (incluindo o rendimento mínimo) e salários dignos?

Princípios do Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS)

06 “Os trabalhadores têm direito a um salário justo que lhes garanta um nível de vida decente. Deve ser garantido um salário mínimo adequado, de forma a permitir a satisfação das necessidades do trabalhador e da sua família, à luz das condições económicas e sociais nacionais, assegurando, ao mesmo tempo, o acesso ao emprego e incentivos à procura de trabalho. Deve-se lutar contra a pobreza no trabalho. Todos os salários devem ser fixados de forma transparente e previsível, em conformidade com as práticas nacionais e respeitando a autonomia dos parceiros sociais”.

12 “Independentemente do tipo e da duração da sua relação de trabalho, os trabalhadores por conta de outrem e, em condições comparáveis, os trabalhadores por conta própria, têm direito a uma proteção social adequada”.

14 “Qualquer pessoa que não disponha de recursos suficientes tem direito a prestações de rendimento mínimo adequadas que lhe garanta um nível de vida digno em todas as fases da vida, bem como ao acesso eficaz a bens e serviços de apoio. Para as pessoas aptas para o trabalho, as prestações de rendimento mínimo devem ser conjugadas com incentivos para (re)integrar o mercado de trabalho”.

A EAPN considera a proteção social mais do que apenas a provisão de necessidades básicas. Os regimes de proteção social são instrumentos essenciais para a criação de sociedades socialmente justas e, portanto, devem ser integrados em políticas sociais que promovam a justiça social, a segurança social, a coerência social, a democracia e o bem-estar. Estes regimes “têm um efeito preventivo e sustentável; fortalecem a resiliência de indivíduos, famílias e comunidades e aumentam a [sua] capacidade de reagir aos riscos de vida”. [1] Assim, são extremamente importantes para as pessoas em situação de pobreza, pois podem ser sua única fonte de rendimento, ou seja, dependem deles para sobreviver e ter uma vida minimamente digna. Uma proteção social adequada para todos, ao longo do ciclo de vida, permite que as pessoas, tanto as que podem como as que não podem trabalhar, vivam com dignidade, sendo a pedra basilar de uma Europa inclusiva, livre da pobreza.

[1] International Federation of Social Workers. (2016, October 3). The Role of Social Work in Social Protection Systems: The Universal Right to Social Protection. Retrieved December 21, 2022, from www.ifsw.org/the-role-of-social-work-in-social-protection-systems-the-universal-right-to-social-protection/?fbclid=IwAR2KBzQUSJw_6mYcOPaFSXua_dwip3DA9-oeXiBqWH0Kb-EzO3A1AH5RfM

Workshop B

Além disso, em linha com a Estratégia de Inclusão Ativa desenvolvida pela Comissão Europeia em 2008, a EAPN considera vital que os grupos vulneráveis tenham um acompanhamento personalizado para um emprego de qualidade. O emprego de qualidade num mercado de trabalho inclusivo deve incluir, entre outras coisas, salários adequados, segurança social, formação profissional ao longo da vida, políticas de cuidados para crianças e uma forte negociação coletiva em todos os setores.

O Conselho da UE adotou a Diretiva sobre Salários Mínimos Adequados a 4 de outubro de 2022 e os Estados-Membros da UE têm dois anos para passar a diretiva para o direito nacional. No entanto, a EAPN exige, entre outras coisas, que os Estados Membros avaliem a adequação dos salários usando cabazes específicos de bens e serviços que também devem contabilizar despesas relacionadas com o trabalho (por exemplo, transporte, vestuário, alimentação, responsabilidades de cuidado). [1]

Barreiras que as pessoas em situação de pobreza (PeP) enfrentam no acesso a regimes de proteção social (incluindo o rendimento mínimo) e salários dignos:

- Os salários são fixados de forma discriminatória em função do tipo de contrato ou relação de trabalho, situação de residência, idade, (in)capacidade, etnia ou nacionalidade.
- A adequação dos salários muitas vezes não tem em conta as despesas relacionadas com o trabalho (por exemplo, transporte, roupas, alimentação, responsabilidades de cuidadores).
- PeP e grupos vulneráveis vivem situações mais frágeis no mercado de trabalho (por exemplo, estágios não remunerados, trabalho precário, trabalho não declarado e informal).

[1] EAPN. (2021, February 25). EC Proposal for EU Directive on Minimum Wages. Acedido em dezembro 2022: <https://www.eapn.eu/the-eu-must-adopt-a-directive-on-minimum-wages-eapn-statement/>

Workshop B

- Os grupos vulneráveis lutam para aceder a prestações sociais e regimes de proteção social devido a critérios de elegibilidade restritos, regras de condicionalidade e/ou medidas inadequadas para fazer face às elevadas taxas de não adesão.
- As prestações sociais e os salários continuam inadequados devido à inflação e a crise provocada pelo aumento do custo de vida, pois não são atualizados regularmente.
- Os sistemas de proteção social não garantem a todos os cidadãos um padrão mínimo de vida e uma vida digna, nem permitem que as pessoas participem plenamente da sociedade.
- Nenhum regime de rendimento mínimo europeu corresponde às necessidades reais dos beneficiários.
- O acesso aos regimes de proteção social é feito digitalmente, mas a pobreza digital leva a que muitos não se candidatem.
- Pobreza no trabalho[1]
- Ausência de apoio integrado e personalizado para desempregados de longa duração.
- Discriminação no acesso e permanência no mercado de trabalho enfrentada por grupos vulneráveis.

Questões para debate/discussão:

- Como pode a UE e os governos nacionais facilitar o acesso à proteção social e a salários dignos?
- Quais são as suas reivindicações em relação ao acesso a regimes de proteção social e salários dignos?
- Qual é o equilíbrio certo entre as políticas sociais universais e as políticas sociais direcionadas? Por exemplo, a provisão universal de abonos de família em oposição a abonos de família direcionados a famílias com baixos rendimentos?
- Como podemos melhorar o Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais nesta área?

[1] EAPN define pobreza no trabalho (in-work poverty) quando as pessoas mesmo a trabalhar se encontram em situação de pobreza.

Workshop C

Como alcançar uma Estratégia Europeia de Combate à Pobreza ambiciosa com base nas experiências nacionais?

A resolução do Conselho de Ministros 184/2021 aprovou a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030. O Governo português afirmou a Estratégia como elemento central do objetivo de erradicação da pobreza, enquadrado no desafio estratégico de redução das desigualdades e inclui um conjunto de metas até 2030, contribuindo assim para os objetivos europeus de redução da pobreza:

- Reduzir a taxa de pobreza monetária para a população total em 10%, o que representa uma redução de 660.000 pessoas em situação de pobreza;
- Reduzir para metade a pobreza monetária nas crianças, o que representa uma redução de 170.000 crianças em situação de pobreza;
- Aproximar o indicador de privação material infantil à média europeia, em pontos percentuais;
- Reduzir para metade a taxa de pobreza dos trabalhadores pobres, o que representa uma redução de 230.000 trabalhadores em situação de pobreza;
- Reduzir o fosso da taxa de pobreza dos diferentes territórios a um máximo de 3 pontos percentuais em relação à taxa média nacional.

A Estratégia tem 6 eixos estratégicos:

a. Reduzir a pobreza nas crianças e jovens e nas suas famílias;

b. Promover a integração plena dos jovens adultos na sociedade e a redução sistémica do seu risco de pobreza;

c. Potenciar o emprego e a qualificação como fatores de eliminação da pobreza;

d. Reforçar as políticas públicas de inclusão social, promover e melhorar a integração social e a proteção social de pessoas e grupos mais desfavorecidos;

e. Assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local.

f. Fazer do combate à pobreza um desígnio nacional.

Workshop C

Este último eixo estratégico acaba por ser o eixo enquadrador de toda a Estratégia e contém objetivos importantes na sua implementação, como a garantia da participação das pessoas em situação de pobreza. A necessidade de articulação multissetorial é também fundamental para que essa abordagem possa ser incorporada nas estruturas do Governo mesmo após 2030.

A necessidade de uma Estratégia Europeia de Combate à Pobreza

O Plano de Ação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais foi uma forma de impulsionar o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza em Portugal. Temos a oportunidade de exigir uma estratégia europeia capaz de enfrentar os novos desafios, melhorar a vida das pessoas e obter resultados concretos na redução da pobreza. A EAPN Europa realizou em 2019 [1] um exercício de reflexão através do qual apresentou um conjunto de princípios e recomendações para uma Estratégia europeia que pode servir de base a uma reflexão mais aprofundada:

A. Conseguir a erradicação da pobreza e aumentar o bem-estar

- Uma estratégia antipobreza integrada baseada em direitos, para além do emprego;
- Uma meta europeia para a erradicação da pobreza ambiciosa, com uma revisão/avaliação intermédia;
- Indicadores de Pobreza eficazes e um Painel Social de Avaliação;
- Ação urgente para garantir um Rendimento Mínimo Adequado e Proteção Social;
- Resultados concretos em outros direitos sociais – particularmente no trabalho de qualidade, educação e serviços, incluindo a habitação e a saúde.

B. Pré-requisitos políticos para obter resultados

- Compromisso político de alto nível;
- Fazer com que o bem-estar seja a meta – reequilibrar os objetivos económicos/sociais/ambientais.

C. Integrar a Participação e Transformar os Instrumentos de Coordenação da UE

- Um Semestre Europeu participativo, social e sustentável
- Tomar a Sociedade Civil um parceiro igual.

D. Mobilizar os Fundos da UE para Apoiar a Estratégia de Combate à Pobreza

- Aumentar a eficácia dos fundos da UE utilizados na redução da pobreza.

Workshop C

Questões para debate/discussão:

- Como podemos fazer pressão para a implementação de outras estratégias nacionais/locais?
- Que recomendações podemos fazer para a definição de uma estratégia europeia de combate à pobreza e para que este combate se torne uma prioridade máxima a nível da UE?
- Como garantir a participação efetiva das pessoas e das organizações da sociedade civil na definição e acompanhamento das estratégias nacionais/europeias?

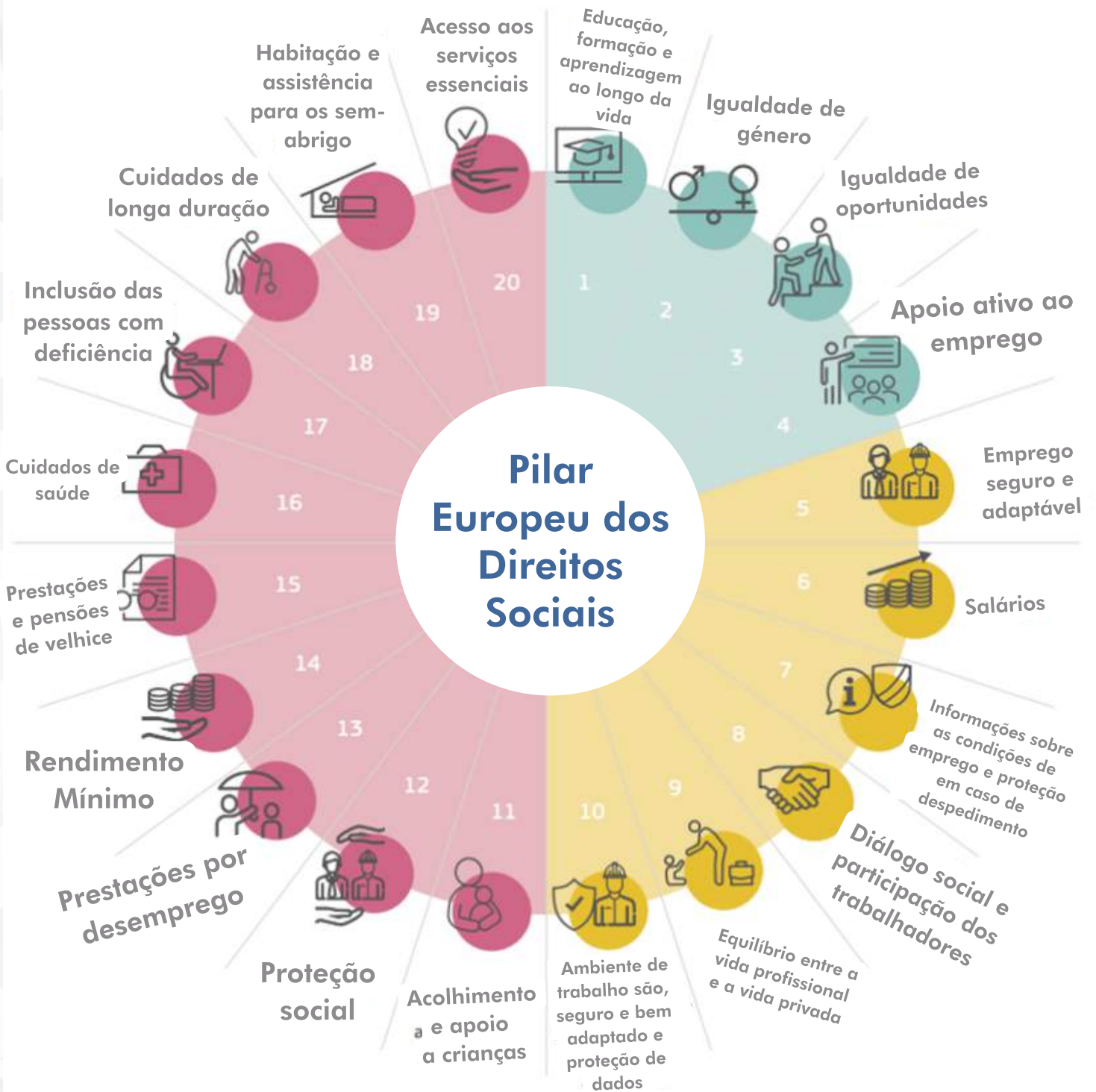
O que é o Pilar Europeu dos Direitos Sociais? E o seu Plano de Ação?

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS) foi adotado a 26 de abril de 2017 e proclamado em novembro de 2017 pelo Conselho da UE, o Parlamento Europeu e a Comissão. Embora o pacote contenha um grande número de componentes e documentos, os elementos-chave do Pilar são um quadro geral de propostas de princípios, de mecanismos de implementação, um painel de indicadores sociais e algumas propostas legislativas (ver lista de princípios na figura mais abaixo).

O Plano de Ação da Comissão Europeia sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, publicado a 4 de março de 2021, visa orientar a implementação dos princípios. Nicolas Schmidt, Comissário para o Emprego e os Direitos Sociais, explicou que “o Plano de Ação não é apenas sobre metas e objetivos, mas também contém ferramentas e iniciativas políticas e legais para atingir as metas através do método comunitário, apoiado por recursos do Mecanismo de Recuperação e Resiliência e o FSE+, e por um quadro de monitorização”.

O Plano de Ação está articulado em três capítulos, objetivos políticos nas áreas de emprego, qualificação e proteção social a serem alcançados até 2030, incluindo um grande objetivo sobre pobreza e exclusão social: redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em pelo menos 15 milhões, dos quais pelo menos 5 milhões devem ser crianças.

Pilar Europeu dos Direitos Sociais



Reação da EAPN em 2021 ao Plano de Ação dos PEDS:

- O objetivo de reduzir o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social em pelo menos 15 milhões até 2030 é um retrocesso significativo em relação à ambição da meta de 20 milhões da Estratégia Europa 2020, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19, esperando-se níveis mais altos de pobreza e desigualdade de rendimento no futuro.
- A EAPN saúda o foco na redução da pobreza infantil, mas lamenta que não existam outras sub-metas, como por exemplo para o número de pessoas em situação de sem-abrigo.
- É importante que o Plano de Ação contenha uma iniciativa para uma Recomendação do Conselho sobre Rendimento Mínimo em 2022, mas a EAPN lamenta profundamente que o Plano de Ação não inclua uma Diretiva Quadro sobre Rendimento Mínimo, como proposta legislativa vinculativa da UE [1]

[1] Para mais informações, por favor consulte o documento Minimum Income Council Recommendation: Not Enough To Fight Poverty – EAPN, 2023.

O que podemos dizer neste momento sobre o Plano:

- A falta de uma estratégia abrangente tornou o impacto do PEDS limitado. É por isso que o Plano de Ação não é roadmap suficiente para a eliminação da pobreza. A UE tem de desenvolver uma estratégia anti-pobreza, com um conjunto de instrumentos e medidas, incluindo legislação vinculativa, para combater eficazmente os obstáculos enfrentados pelas pessoas em situação de pobreza para terem uma vida digna.
- A crise energética não é abordada no Plano de Ação, exceto em medidas de emergência. Embora a energia esteja incluída no Princípio 20, o PEDS falhou em investimentos e reformas verdadeiramente estruturais para tornar acessível o direito à energia limpa e acessível.
- Perante múltiplas crises, a falta de compromissos ambiciosos e vinculativos tornou o Plano de Ação obsoleto e não reflete a realidade atual. De facto, o Plano de Ação do PEDS e a sua implementação ficaram aquém das consequências da pandemia de COVID-19, da guerra na Ucrânia e da crise provocada pelo aumento do custo de vida.
- A EAPN lamenta ver que os países com o PIB per capita mais baixo tenham que contribuir mais para a meta de redução da pobreza do que os outros. Havia um forte potencial para uma distribuição mais equitativa da meta, com medidas de solidariedade entre os Estados Membros. No entanto, isso não está refletido nas atuais metas nacionais. Vemos repetidamente que a UE não oferece uma estratégia abrangente quando se trata de direitos sociais: isso é sempre deixado para os Estados-Membros, o que, no caso atual, está a levar a uma distribuição injusta da meta de redução da pobreza da UE.